



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**O REINVENTAR DAS TÁTICAS E DAS ESTRATÉGIAS NO
COTIDIANO DOS SUJEITOS DA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS
USOS DA PRAÇA DE PELOTAS (1880 -1920)***

José Maria Almeida Neto**

O trabalho a seguir trata-se da aplicação de duas categorias relevantes aos estudos de Michel de Certeau em sua obra *A invenção do cotidiano*¹; para tal invertida permitimos tomar o espaço da cidade, especificamente Fortaleza/CE, e ainda com maior particularidade o lugar em que foi constituída a Praça Visconde de Pelotas² para discutir tais invertidas na ordem do cotidiano. A intenção é propor, através daquilo que M. de Certeau denominou de “táticas” e “estratégias”, o reconhecimento das práticas de moradia no espaço desta praça específica da cidade. O objeto, como em quase todo trabalho de

* Este texto faz parte do trabalho de pesquisa em nível de mestrado e encontra-se em fase de desenvolvimento na dissertação intitulada: Do ponto do chafariz às águas da intelectualidade: as mudanças de usos da Praça de Pelotas. Agradeço aos professores e colegas que puderam compartilhar suas leituras e conhecimento de modo a concretizar não somente este texto mais todo o projeto dissertativo.

** Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

² A escolha por este logradouro não se deu obviamente de modo aleatório, dentre outras dimensões relevantes demonstradas no decorrer do trabalho, acrescento que a mesma recebeu em seu entorno o equipamento de distribuição de água na década de 1920 e já no decênio seguinte seus frequentadores viram ser erguido o prédio da atual Faculdade de Direito do Ceará, que passou a sediar o curso a partir do ano de 1938. As alterações realizadas no local modificaram espacialmente e simbolicamente os usos daquela Praça na cidade. Nossa intenção é perceber como um espaço dialoga diretamente com as mudanças requeridas pelos cidadãos ao longo do tempo.

História, é fruto da ação de sujeitos históricos, não procuramos entender a Praça apenas no seu sentido físico, mas propondo operações e modo de leituras que permitam, embora superficialmente, entender as diversas maneiras de lidar com o cotidiano elaborando vetores sociais. Através do olhar lançado sobre as décimas urbanas da cidade de Fortaleza para o ano de 1890 refletimos sobre as propostas de ocupação ordenada da cidade e as maneiras diversas de ‘desviar’ das tais maneiras de controle. A cobrança do imposto predial revela em nossa leitura muito mais que o valor cobrado por residência, em certa medida, permite entrever táticas ‘burlando’ estratégias.

É válido nesse instante apresentar, ainda que seja minimamente, em que consiste nosso objeto material de estudo: a Praça Visconde de Pelotas é atualmente denominada Praça Clóvis Beviláqua, porém as reflexões propostas aqui estão conjecturadas no interstício entre - o final do século XIX, principalmente na última década, e a primeira década do século XX. Este espaço da cidade passou a ser ocupado no último quartel do século oitocentista; antes disso apenas uma zona de areal definia o lugar, como pode ser encontrado em crônicas³, contudo na década de 1890 a expansão material da cidade de Fortaleza ultrapassou os limites da Praça de Pelotas, dessa forma o local passou a ser ponto recorrente nos jornais, almanaques e documentos produzidos pela própria municipalidade. O comércio tornou-se mais efetivo, assim como, as casas residenciais fixaram-se de maneira mais perene, não obstante é possível encontrar registros de crimes, acidentes, brigas, mas também identificar o local como espaço de lazer, principalmente nos anos 20 quando diversos circos e jogos de futebol popularizam de vez a ocupação da praça⁴.

Segundo M. de Certeau, as práticas dos sujeitos expõem “as mil maneiras de fazer com”, o que proporciona uma inversão da perspectiva ordenada. Vislumbra-se o cotidiano pelo olhar da inventividade e do jogo de desafios no binário dominador/dominado, no qual é subvertida a dominação. Ao tomar estas categorias - estratégia e tática – somos desafiados a enxergar no cotidiano dos sujeitos as diferenças que os distinguem entre a massa enganadoramente homogênea das cidades; além disso, estas categorias ajudam a perceber as ‘microresistências’, que por vezes formam

³ MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

⁴ Estou desenvolvendo atualmente uma pesquisa em nível de Mestrado intitulada: “Do ponto do chafariz às águas da intelectualidade: os usos da Praça Clóvis Beviláqua nas primeiras décadas do século XX”. Neste trabalho analiso com mais detalhe cada um dos elementos mencionados acima.

‘microliberdades’, instaurando as fronteiras de deslocamento da dominação. “A operação historiográfica encontra assim seu prolongamento nas análises das maneiras de fazer na vida cotidiana. Certeau identifica nela as manifestações polimorfos da inteligência imediata, engenhosa e feita de astúcia”⁵. Em escopo ativo de identificar a própria maneira de se apropriar dos bens culturais.

Nas palavras do próprio Michel de Certeau a estratégia foi definida como:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se pode gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo entorno da cidade, os objetivos e os objetos de pesquisa, etc). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política, militar⁶.

Em suma, a estratégia é o meio formal de legalizar a dominação de discurso sobre outros. O lugar social de onde se fala diz muito sobre o teor do argumento, daí Michel de Certeau ser tão indicado para pensar os lugares de onde se enunciam, por sua própria história de pesquisa⁷ - o longo tempo de escrita vinculada a instituição religiosa, formou a rica reflexão sobre as influências destas e de outras instituições de poder na ‘prática’, ou melhor, no ato de fazer. Enumerando então os mecanismos, seriam três os meios de estratégia que coadunam na tentativa do controle da ação: a definição de si enquanto um *poder de saber*; a demarcação de um lugar específico *próprio* e o poder de medir, segmentar, conferir espacialidade ao controle do *poder panóptico*. Especificamente, as cidades e, principalmente, o urbanismo vão ser engendrados na necessidade desse domínio. A estratégia vai estar relacionada com a escrita, pronta para

⁵ DOSSE, F. História e ciências sociais. 2004, p. 226.

⁶ CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano. 1998, p. 99.

⁷ Michel de Certeau faleceu no final do século XX em 1986, foi professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales e professor visitante na Universidade da Califórnia. Possuía uma formação multidisciplinar – foi jesuíta, historiador, linguista, psicanalista e etnólogo e seus trabalhos abordaram uma variada perspectiva de temas (a história do cotidiano, das religiões, a escrita da história e a vida na sociedade contemporânea).

ser executada pela mesma palavra que foi enxertada, principalmente no espaço urbano: o planejamento.

Baseado no princípio de que o arranjo físico do espaço urbano influencia determinadas práticas cotidianas e que há dinamicidade nesta relação que desencadeia mudanças no fazer cotidiano e, por conseqüentemente, na desorganização/organização do espaço, as práticas urbanas operam em duas direções: as da regulação ou autodisciplina e suas formas contrárias de distorções ou indisciplina. No espaço cultural/social da Praça criam-se instrumentos da mudança de seus usos, tomando novas práticas preparadas por grupos sociais distintos, que à medida que esse espaço disciplinar é criado, novas redes são formadas, existindo uma maior complexidade do uso do espaço público.

Interessa contextualizar esse espaço no âmbito da sua relação interativa dos sujeitos e suas práticas. Michel de Certeau nos convida a fazer *esquemas de operação* nos sujeitos e perceber a criação que fazem para si de um *espaço* de jogo onde encontram maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar (ou língua). “Sem sair do lugar em que tem que viver e que lhe impõe uma lei, ela aí instaura pluralidade e a criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos”⁸

E continua:

Ou seja, com os deslocamentos que substituem maneiras e “métodos” de transitar pela identificação com o lugar. Isso não impede que corresponda com uma arte muito antiga de “fazer com”. Gosto de dá-lhe o nome de “usos”, embora a palavra designe geralmente procedimentos estereotipados recebidos e reproduzidos por um grupo, seus “usos e costumes”. O problema está na ambigüidade da palavra pois, nesses usos trata-se de reconhecer ações (no sentido militar da palavra) que são a sua formalidade e sua inventividade próprias.”⁹

E com esse reconhecimento das ações como inventividade própria que se analisam as práticas vigentes na Praça de Pelotas naquele período, para além das normas de boas condutas, dos códigos de posturas municipais ou as regras de boa convivência na sociedade emergente de Fortaleza, mas o reemprego dos usos; na busca por compreender os significados atribuídos para a cidade daquele período a partir das apropriações, das

⁸ CERTEAU, M. de. Op cit. p. 93

⁹ Ibidem. p. 77.

formas práticas, dos comportamentos e das visões de ordem sociais elaboradas para este espaço.

Nesse sentido as táticas inventivas e próprias de um *não lugar* demarcado e imposto, mas atua de forma imprevisível no lugar do outro, fora do padrão estabelecido pelo discurso que legitima o legal/ilegal. Michel de Certeau cita Büllow enquanto sintetiza a tática como “o movimento dentro do campo de visão do inimigo”¹⁰. A tática é precisamente determinada pela ausência do poder assim como a estratégia é a organizada pelo postulado de um poder.

Sobre a tática nossas reflexões se utilizam das várias maneiras que M. de Certeau elaborou para enuncia-las.

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas dependem, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Ai vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco.¹¹

Essa apropriação segundo analisa a forma criativa e por vezes subversiva que o sujeito comum realiza nas diversas práticas do dia-a-dia, tais como falar, andar, ler, cozinhar, morar.

Aproximando a discussão para o espaço da Praça Visconde de Pelotas, que entendemos ser um lugar de múltiplas experiências e do encontro de diversos vetores de interesses sobre a cidade, verificamos as alterações urbanas pelos processos históricos e a força do crescimento das cidades principalmente com as inflexões introduzidas pelas políticas da Primeira República, nesta o poder público teve uma maior liberdade de intervenção no espaço público, principalmente urbanos, e a iniciativa privada passou a regular cada vez mais o crescimento da materialidade construída na cidade; fazendo-se necessário a partir do discurso dessa elite urbana organizar as experiências sociais constituídas no espaço público.

¹⁰ Ibidem. p. 100.

¹¹ Ibidem. p. 101.

A Praça Visconde de Pelotas trás até o tempo presente inquietações que perpassam diferentes processos históricos e culturais que parecem pretérito, mas que estão arraigadas nas relações sociais das cidades ainda hoje, tais questões podem ser exemplificadas na remodelação da Praça e os novos tratados urbanísticos do começo do século XX que requeriam o uso dos espaços privilegiando a circulação. Falamos em tempo presente porque a questão de destinar um novo modelo aos espaços da cidade é um problema de quase todas as cidades no Brasil e muito ainda por conta do crescimento populacional da massa urbana.

R. Sennet indica que, em um primeiro instante, a praça emerge como um dos elementos que organizam o espaço urbano, redefinindo os papéis sociais. No momento de organizar os espaços e planejar uma estrutura urbana nota-se que as praças são verdadeiros elos entre os diversos espaços de uma cidade. Em seguida, a partir do século XIX a praça passa a ser redefinida em função de uma nova concepção de cidade, a cidade moderna. Como afirma Maria Stella Bresciani é na primeira metade do século XIX que as cidades:

Associadas à ideia de modernidade [...] são problematizadas em questão urbana, concebidas como um espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas.¹²

Na busca por vigiar e construir uma cidade ‘civilizada’ muitos esforços foram usados para tornar em padrão as ruas, as praças, as cidades, mas é necessário investigar os rastros daqueles fatores mais explosivos que geravam a necessidade do mapa racionalizado: os sujeitos.

A décima urbana serve-nos nesse sentido para melhor elaborar questões a níveis do cotidiano da moradia na cidade de Fortaleza, a partir do imposto é possível evidenciar os diversos sujeitos e as distintas estratégias de uso do local de moradia, os transtornos e os desvios invisíveis na planta. O levantamento da cobrança predial em 1890 quando interpelado, apresenta uma rede de comunicação entre poder público, propriedade privada, investimentos comerciais, modo de vida, habitações nas cidades e mapeamento

¹² Cf. SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. BRESCIANI, Stella M. "*Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades*". In FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, Salvador, 1992. p. 11-26.

do tecido urbano. Em destaque as informações da Praça de Pelotas são oportunas a este estudo específico, pois a partir destas várias possibilidades de arguição e comparação é possível montar, ainda que parcialmente, níveis de informações ausentes em outros textos ou registros¹³.

Significativamente, dois anos posterior à elaboração da Planta urbanística de Herbster¹⁴ a décima urbana é elaborada para a cobrança do imposto naquela zona da cidade, este insere os moradores de Pelotas no tecido urbano de Fortaleza. Acredito que não aleatoriamente os dois materiais, de naturezas tão diversas, tenham sido preparados com intuítos não tão díspares, pelo contrário, a necessidade de conhecer, mapear, ordenar as cidades na recente República era causa imediata; tanto planta urbanística, quanto o relatório de cobrança sobre o imposto urbano guarda em si o objetivo de controlar a cidade e as ações dos cidadãos, assim como o levantamento do censo realizado pela Chefia de Polícia em 1887 com o mesmo propósito: conhecer e listar os sujeitos.

Se, através da planta, não tem a certeza do quanto a Praça de Pelotas era parte do meio urbano de Fortaleza; através do imposto predial da municipalidade não há dúvidas, os moradores são arrolados no cadastro de informação tributária por estarem morando em área urbana da capital. Com vários detalhes de informações é possível uma leitura dos sujeitos que ocupavam aquela região e suas condições de moradias, além de especular outras questões tangentes ao objetivo da décima urbana, como aqueles moradores desviantes das normas municipais.

Estes cadastros de moradores e residências informavam sobre toda a cidade¹⁵: a localização das casas, os números destas ou a ausência destes, os proprietários, a

¹³ “A Décima Urbana foi o primeiro imposto predial, estabelecido para a Corte e principais vilas, cidades e lugares notáveis da faixa litorânea, pago à Fazenda Real, correspondendo a 10% do rendimento líquido de todos os bens de raiz, incidindo sobre proprietários e inquilinos, com exceção daqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia. Para fins de tributação, resultou no arrolamento, em livro específico, de todos os prédios circunscritos no perímetro urbano, então definido para tanto, bem como na primeira numeração dos edifícios da cidade”. ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)** / Tese de Doutorado. FAUUSP. – São Paulo, 2012. p. 61.

¹⁴ A referida planta recebe a seguinte denominação oficial: Planta da cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará Levantada por Adolpho Herbster Ex-Engº da Província e Archº Aposentado da Camara Municipal. Reconheço também na preocupação dos traços da planta a necessidade implícita do engenheiro por controlar

¹⁵ “Os dados do Censo realizado pela Chefia de Polícia, em 1887, revelam a população urbana de Fortaleza, bem como os respectivos endereços (rua, número), tipologia dos imóveis (casa, sobrado, choupanas), estado civil, idade, situação social (pai, mãe, filhos e agregados) por sexo, grau de instrução, profissão. O Censo registra **27.000 pessoas habitando o perímetro urbano**. Esse mesmo censo registra **4.352** imóveis, dos quais **3.496** são casas térreas, **60** sobrados e **796** palhoças. As casas

quantidade de habitantes em cada casa, a tipologia (térreo ou sobrado), a finalidade (aluguel, uso próprio, em obras, cedido, outros), os usos (residencial, comercial, misto) e valores do imposto pago¹⁶. Entre outras informações sobre a região da Praça de Pelotas advindas através da Décima Urbana, escolho mencionar por prioridade aquelas que informam a quantidade de residências total citada que correspondiam ao entorno da Praça de Pelotas. Do lado da sombra, 14 casas residenciais foram arroladas pelo(s) responsável(is) pela cobrança do tributo, já do “lado do sol”, como costumava chamar às casas que ficavam em áreas ensolaradas a maior parte do dia, são 11 ao todo as moradias deste lado. Atente para a questão que apesar de uma pequena superioridade do lado mais valorizado, por ser sombra, o número de imóveis não é tão superior como em outras ruas da cidade. Destas 25 casas, apenas 10 já possuíam número em seus endereços, apesar das determinações do código de postura já indicar a obrigação do morador da casa em sinalizar no muro, através de placa, pinturas inscritas nas portas ou de algum outro meio a localização do endereço, porém percebe-se que pouco era cumprido devido à ineficiência de identificar as várias casas na cidade que se encontravam sem número. Ismael Pordeus relata o intenso processo que se prolonga desde o século XIX para efetivar a numeração das casas e nomes das ruas e praças da cidade, segundo este historiador, “a numeração das casas de Fortaleza iniciou-se na segunda quinzena de março de 1865¹⁷”, apesar de regulada pela Câmara desde o início da década, os dísticos das casas e ruas

térreas correspondem a **80% do tecido urbano** e há apenas **60 sobrados**. Enquanto isso, as **palhoças totalizavam 18,0% dos imóveis**. Entre aquelas apontadas como casas térreas, estavam compreendidas as casas de porta de duas a cinco portas, algumas feitas de taipa, mas em geral de tijolos e cobertas com telhas de barro. As choupanas eram casas cobertas de palha e espalhavam-se, sobretudo, pelos arrabaldes e subúrbios”. ANDRADE, M. op cit. p. 154-55.

¹⁶ Verificou-se a possibilidade de trabalhar com os dados em várias vertentes, primeiro criando lista de questões a fim de apontar um tecido diverso daqueles que ocupava as proximidades da região nos fins do século XIX, depois assuntos tangentes às informações, que muitas vezes não estavam no objetivo principal do dado, mas que permiti por uma fresta enxergar questões não apenas da praça, mas de todo o espaço considerado urbano em Fortaleza. Apesar da possibilidade de estender o mesmo mapeamento para toda a cidade de Fortaleza, fico restrito a pensar as questões da Praça de Pelotas como meio de entender as modificações que aconteceram posteriormente naquele local. A partir da metodologia traçada pela pesquisadora Beatriz Bueno, repeti um relatório de considerações, como o elaborado pela autora em seu trabalho, porém no caso em estudo foi feito apenas sobre a Praça de Pelotas. BUENO, Beatriz. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na décima urbana de 1809. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1.p. 59-97. jan. - jun. 2005.

¹⁷ Alguns anúncios de estabelecimentos revelam que houve uma numeração antes de 1865, porém não consta se de uma iniciativa particular ou oficial. Segundo o autor: “Bem sabemos que em época anterior, ou seja, de 1835- até fevereiro 1865, muitos prédios de nossa capital foram numerados, sendo eu tal fato se processou no decorrer do tempo, com grandes interrupções.” PORDEUS, Ismael. Fortaleza – casas e ruas numeradas. Revista do Instituto do Ceará, 1963. p. 338-349.

tratavam-se de uma dificuldade verificada em diversos pontos da cidade ao final do século XIX.

O que é necessário trazer à mostra na fonte é simplesmente aquilo que remete a algo que ficou ausente, fora do olho nu, que não foi possível enxergar e identificar no primeiro instante: por exemplo, o tempo em que fora produzido; ou a qual sociedade estes documentos dão testemunho sobre elas; quem são os sujeitos, ditos urbanos e modernos na cidade de Fortaleza no início do século XX aos quais eles servem como vestígios; os eventos que relata como a instalação de um circo na praça ou um assassinato? Eles deslocam o trabalho de História por que guardam aquilo que está escondido, envolvido ainda no mistério de sua produção e se deu tempo e pelos sentidos que podem ser produzidos com sua identificação, não por que se mostram, mas por que se escondem, por serem obscuras, imprecisas, repletas de caminhos com entradas e saídas.

Diante disso percebemos as muitas afinidades entre primeira categoria e a vida no espaço urbano. Esta tem recebido uma avaliação diferenciada e heterogênea. A cidade é, por vezes, o espaço do progresso, ao mesmo tempo é também espaço da desordem; nesse interstício se pensou ainda a cidade como local de modernidade e progresso diante da vida no campo, construído uma oposição ao mundo rural (estigmatizado por essa concepção atrasada – uma dedução mais urbana e dominadora, do que propriamente assertiva). A cidade com isso passou a ser identificada como o espaço de atuação da racionalidade, do planejamento e, simultaneamente, como fonte de fragmentação do individualismo, deflagração do anonimato e de aviltamento.

O que se vê quando se olham as praças, as ruas da cidade de Fortaleza? Sabe-se que o olhar e ouvir das pessoas são diferentes, a capacidade cognitiva pode ser e é diferente, (in) formadas por códigos diversos, sejam eles sociais ou não, o olhar será, portanto, sempre parcial, sempre refutável e capaz de ser apanhado em uma subjetividade quase que não identificada. Ora, se é possível enxergar nas pessoas essa subjetividade, com seus mistérios e segredos, sendo capaz de identificar um ‘não dito’, mesmo naquilo que se quer provar como proclamado, uma ‘não visto’ mesmo naquilo que fora testemunhado; ora deve se então ter por costume pensar as fontes, materiais, os objetos, “as coisas”, dessa forma, identificando os sujeitos que produziram tais artefatos.

Além disso, há outra questão também conflitante e há muito convivendo entre a proibição e a desobediência da lei, as casas de palhoças, aqui está nosso principal objetivo

de reflexão desse pequeno artigo - proibidas em espaço urbano pelo código de postura¹⁸ muitas vezes eram assentadas em regiões próximas ao limite da cidade, onde eram toleradas e facilitava aos seus moradores o acesso aos locais mais centrais. Repetidas informações sobre as palhoças próximas a Rua do Trilho (Atual Tristão Gonçalves) pode ser encontrada através de jornais, crônicas e trabalhos de pesquisa, mas não unicamente neste local; a Praça de Pelotas possuía pelo menos três destas moradias, inventariadas e citadas na décima urbana. O conflito entre qual o espaço é permitido morar e onde de fato a moradia é construída, evidencia as subversões, entre um poder público disciplinador, mas ineficiente e uma população sobrevivendo aos riscos da lei, porém inventiva. Ora, ao questionar que as palhoças eram proibidas de serem fixadas em regiões urbanas, como o imposto predial urbano ainda assim citava a existência destas dentro dos seus limites? Apesar de cita-las não acrescentava maior informação, tais como: haveria um mercado de aluguel de palhoças como existir de casas? Há pagamento de imposto predial ou valor de tal moradia? A décima urbana limita-se apenas ao número de estabelecimentos. Acentua-se o costume de leis que nada são cumpridas, seja pela falta de interesse ou impossibilidade de afastar de vez esses moradores e moradias 'indesejáveis' na cidade. A determinação para que as casas de palhas fossem construídas longe do espaço urbano recorria ainda ao argumento destas casas serem fácil local de contaminação e 'pouco higiênicas', para os desejos da burguesia comercial fortalezense; é um exemplo de lei que velava o preconceito acentuado de uma sociedade moderna no discurso, mas visivelmente assolada pelas lembranças de seu passado colonial.

Os moradores de casa de palhoça não têm, ao menos nesse levantamento, maiores identificações; conforme Maria Odila Leite - fontes escritas não são o meio mais eficiente para encontrar registros de pessoas predominantemente sem acesso às primeiras letras, em que o universo da leitura e da escrita não as contemplavam por serem analfabetas¹⁹. Assim voltamos para as questões inquietantes propostas por M. de Certeau, a linguagem produzida por uma categoria social dispõe de poder, mas se vê prisioneira

¹⁸ Das 1.044 palhoças arroladas na décima urbana, 773 eram de aluguel e 271 de uso próprio. A concentração delas se dava no percurso da ferrovia, na Rua Tristão Gonçalves (118) e em suas imediações – *boulevard* Imperador (75) e Rua Tereza Cristina (72). Existia também um agrupamento na Praça Senador Paula Pessoa, próximo ao Matadouro Público. Nota-se diminuição gradativa das palhoças no perímetro urbano da cidade, em decorrência dos Códigos de Postura que a partir de 1875, progressivamente proibiram casa de palhas ou de taipa “dentro do quadro limitado pelas ruas do Pajehú, Livramento e boulevard do Imperador, inclusivamente”. ANDRADE. M. op. Cit. p. 165.

¹⁹ DIAS, Maria Odila L. da Silva. 1984. p.8.

nas armadilhas de suas assimilações. Ao se fixar em uma região fora do código disciplinar do município esses moradores de palhoça de forma ativa consegue desestabilizar o discurso do poder, contudo, não é apenas uma ocupação fortuita e ao acaso – o local escolhido por alguns não é de visibilidade extrema na cidade, são os arredores de uma praça já no final do espaço considerado urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)** / Tese de Doutorado. FAUUSP. – São Paulo, 2012.

BRESCIANI, Stella M. "*Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades*". In FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, Salvador, 1992.

BUENO, Beatriz. **Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na décima urbana de 1809.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n1.p. 59-97. jan - jun. 2005.

BURKER, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 3.ed. Petrópolis , RJ: Vozes, 1998.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX:** Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOSSE, François. **História e ciências sociais.** São Paulo: EDUSC, 2004.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga.** Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

PORDEUS, Ismael. **Fortaleza – casas e ruas numeradas.** Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1963.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade.** Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.